

DATA VERIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PAC: 20.07.2019

1. IDENTIFICAÇÃO ORGANIZAÇÃO AUDITADA

DESIGNAÇÃO LEGAL DA ORGANIZAÇÃO	ACIN iCloud Solutions S.A.
SERVIÇO DE CONFIANÇA	DT W 2017.002 Autenticação de sítios web

2. AUDITORIA

TIPO DE AUDITORIA DE VERIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PAC	Verificação PAC documental realizada no local de operações
--	--

O presente relatório complementa e conclui a análise do relatório anterior:

IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA ANTERIOR	DT W 2017.002 Autenticação de sítios web Renovação 2019	DATA DA AUDITORIA ANTERIOR	08.04.2019 a 12.04.2019
---	---	-----------------------------------	-------------------------------

3. EQUIPA AUDITORA

NOME	FUNÇÃO	NORMA
Paulo Jorge Martins Borges	Auditor Coordenador	Regulamento 910/014 eIDAS

4. VERIFICAÇÃO DO PAC

Em atividades de auditoria no local das operações, foram recolhidas evidências que permitem efetuar a verificação da execução com eficácia de cada ação corretiva para a não conformidade identificada no quadro seguinte:

ID NC	CLASSIFICAÇÃO	ANÁLISE DE CAUSAS	AÇÃO CORRETIVA	PRAZO	RESPONSÁVEL	ANÁLISE	ESTADO	COMENTÁRIOS/DESCRIÇÃO DA AVALIAÇÃO
NC.1	NCBI	<p>Inexistência de ferramenta apropriada para o acompanhamento dos incidentes e SLAs correspondentes. Não existe rastreamento entre as lições aprendidas no contexto dos incidentes ocorridos e a análise de risco.</p> <p>A última versão do FO35 apresenta campos detalhados que tornam o registo temporal dos incidentes mais claro.</p>	<p>Foi realizada a implementação da ferramenta JIRA Service Desk para gestão do ciclo de vida dos incidentes e monitorização em tempo real do SLA.</p> <p>Documentos envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • MA47_GTS_V1 – Manual Funcional de Configuração e Gestão de Incidentes • PC14_GTS – Processo de Gestão de Incidentes • PR27_GTS_V5 - Plano de Execução de Continuidade de Serviços 	30 06 2019	AdmSeg – Rodrigo Freitas AudCoor – Sandra Fernández	Encerrada	Encerrada	<p>A ferramenta implementada inclui todas as funcionalidades que permitem corresponder aos requisitos da não conformidade assinalada.</p> <p>Uma vez que está em estágio inicial de utilização, será de ter em conta que, na próxima auditoria, deverá ser analisada a sua operacionalização e todas as ocorrências desde a data do presente relatório.</p>
NC.2	NCBI	<p>Inexistência de site alternativo para a reposição de serviços perante determinados incidentes disruptivos</p>	<p>Foi realizada uma análise de alternativas para outros locais na Madeira, tendo a escolha sido feita pelo Datacenter da PT Telecom.</p> <p>Foi definido e está a ser executado um plano de implementação do site secundário, com um prazo definido em 6 meses.</p>	30 06 2019	AdmSeg – Rodrigo Freitas AudCoor – Sandra Fernández	Encerrada	Encerrada	<p>Derivada da complexidade do plano de implementação apresentado e analisado, a ação corretiva é aceite como capaz de endereçar a conformidade requerida.</p> <p>O auditor salienta que devem ser apresentados relatos mensais de execução do plano, e que, na próxima auditoria, esta localização deverá ser incluída no âmbito e atividades de auditoria serem previstas para a análise de conformidade da implementação.</p>

			<p>Documentos envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PR27_GTS_V5 - Plano de Execução de Continuidade de Serviços • MA48_GTS_V1 – Plano de Implementação de Site Secundário • Proposta de Infraestrutura física e lógica - PTEMPRESAS 4001533/1 • Proposta de infraestrutura tecnológica - ACIN_Projeto_DR_v2019 					Ter em conta que a NC inclui não só a implementação do site alternativo, como também a operacionalização do Plano de Continuidade de negócio da GTS.
NC.3	NCBI	<p>Não existe rastreamento dos cenários de risco nem das lições aprendidas no contexto dos testes realizados, com a análise de risco. Não é possível realizar todos os testes presentes no PCN por incapacidade de simular as condições de operação.</p>	<p>Foi alterada a metodologia da Gestão de Risco, por forma a ficar definida a origem das fontes de riscos, assim como foram acrescentados ID de FR e de Ameaças para permitir o mapeamento dos riscos, para a gestão de incidentes e para o Plano de Continuidade de Serviços.</p> <p>Foi realizada uma análise de risco, onde se identificaram riscos relacionados com a Cibersegurança, as instalações físicas (cobrindo os sites primários e secundários) e no que diz respeito aos serviços de confiança.</p> <p>Foi contemplado no Plano de Implementação de Site Secundário que os componentes de HW da infraestrutura do PKI, devem ser testados em PCS no HW implementado no site secundário, sempre e quando o primário esteja em pleno funcionamento. Estes testes devem ser controlados e executados de forma regular.</p> <p>Documentos envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PR01_GTS_V2-Metodologia da Gestão do Risco 	30 06 2019	AdmSeg – Rodrigo Freitas AudCoor – Sandra Fernández	Encerrada	Encerrada	<p>Foi realizado o trabalho de integração dos cenários do risco solicitado, com sucesso.</p> <p>Tendo em conta a definição da ação corretiva NC.2, os testes do PCN apenas poderão ser realizados depois da implementação do site alternativo.</p> <p>Assim sendo, o auditor aceita a resolução da ação corretiva, mas salienta que, em próxima auditoria, este tema será incluído no respetivo âmbito.</p>

			<ul style="list-style-type: none"> • PR27_GTS_V5 - Plano de Execução de Continuidade de Serviços • MA47_GTS_V1 – Manual Funcional de Configuração e Gestão de Incidentes • PC14_GTS – Processo de Gestão de Incidentes (Este PC não sofreu alterações, todavia foi a base para a configuração do JIRA) • MA17_GTS_V2-Relatório Análise e Tratamento de Risco_2019_julho • MA20_GTS_V2-Declaração de aceitação do Tratamento_2019_julho • RG03_V3 - Matriz de Analise de risco_GTS_2019 • RG04_V4 - Matriz de Tratamento de Risco_GTS_2019 • RG15_V3 - Fontes de risco_GTS_2019 • MA48_GTS_V1 – Plano de Implementação de Site Secundário • RG27_V3 - Plano de Testes de Continuidade e Disponibilidade de Serviços_ACIN_e_GTS 					
--	--	--	---	--	--	--	--	--

5. PARECER DA EQUIPA AUDITORA / PROPOSTA DA DECISÃO

RECOMENDAÇÃO / PROPOSTA DE DECISÃO

Como corolário da análise da implementação das ações corretivas e da respetiva análise de conformidade normativa, verifica-se que as situações de “não conformidade” foram realizadas de uma forma sustentada e devidamente alinhadas com os requisitos das normas ETSI aplicáveis ao serviço de confiança.

Desta forma o auditor propõe **decisão positiva para renovação da certificação.**

FUNDAMENTAÇÃO:

A ACIN apresentou ao longo da auditoria do PAC um vasto conjunto de evidências que demonstram o seu empenho na execução com eficácia das ações corretivas, tendo demonstrado um conhecimento e maturidade relevante acerca dos temas envolvidos em cada ação corretiva para o presente estágio de prestação de serviços de confiança pela sua equipa.

A ACIN é notificada, através das notas contidas na descrição de avaliação pelo auditor, que estes temas farão parte do âmbito a próxima auditoria e que deverão ser demonstrados como totalmente executados e com eficácia.

6. DIVERGÊNCIAS

Caso haja divergências entre a ACIN e a equipa auditora, para as quais não foi possível obter consenso, as mesmas são registadas neste relatório e remetidas à APCER para esclarecimento, avaliação e decisão.

No entanto, e até ao momento de redação do presente relatório, não foram identificadas divergências entre a organização e a equipa auditora.

Para mais informação consultar os regulamentos APCER aplicáveis.

7. AGRADECIMENTOS

A equipa auditora apresenta os seus agradecimentos pelo agradável ambiente e empenho de colaboração que a ACIN prestou, assegurando as devidas condições para o sucesso da presente auditoria.

8. CONFIDENCIALIDADE

A APCER assegura a confidencialidade de toda a informação a que tem acesso durante o processo de certificação, a todos os níveis da sua estrutura, incluindo comissões, organismos ou colaboradores externos que atuem em seu nome. A APCER reserva-se do direito de disponibilizar informação confidencial aos representantes de organismos de acreditação e das autoridades competentes regulamentadoras da verificação. Quando a APCER estiver obrigada por lei a divulgar informação a uma terceira parte, a organização cliente ou a pessoa serão notificadas antecipadamente da informação a fornecer, salvo se o contrário for regulado por lei.

RESPONSÁVEL	NOME	DATA	ASSINATURA
<i>Auditor coordenador:</i>	<i>Paulo Borges</i>	10-08-2019	

9. REVISÃO E DECISÃO

Decisão positiva

Âmbito de Certificação: **Autenticação de sítios web**

Comentários: Após análise da documentação produzida pela Equipa Auditora em sede de execução da auditoria de verificação do PAC e com base nas constatações aí existentes verifico que se encontram reunidas as condições para se proceder à manutenção da certificação no contexto do Regulamento 910/2014 e respetivas ETSI's.

Data de validade do Certificado: **2021-9-16**

RESPONSÁVEL	NOME	DATA	ASSINATURA
<i>Revisto e decidido por:</i>	Fernando Fevereiro Mendes	26-08-2019	